

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS-HISTÓRIA

FRANCINEIDE DA SILVA LEAL SILVA

ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO:
Resistência negra à escravidão na região da ribeira do Itapecuru nas décadas de 1870 a 1888

CODÓ-MA
2019

FRANCINEIDE DA SILVA LEAL SILVA

ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO:

Resistência negra à escravidão na região da ribeira do Itapecuru anos de 1870 a 1888

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas como pré-requisito para obtenção do Grau de Licenciada em Ciências Humanas com Habilitação em História pelo Campus VII / Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Codó.

Orientadora: Prof^a. Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto

Co-orientador: Prof. Dr. Jonas Rodrigues de Moraes.

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

da Silva Leal Silva, Francineide.

Escravidão no Maranhão : Resistência negra à escravidão na região da ribeira do Itapecuru nas décadas de 1870 a 1888 / Francineide da Silva Leal Silva. - 2019.

50 p.

Coorientador(a): Jonas Rodrigues de Moraes.

Orientador(a): Liliane Faria Corrêa Pinto.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2019.

1. : Escravizado. 2. Resistência. 3. Senhor de Escravo. I. Faria Corrêa Pinto, Liliane. II. Rodrigues de Moraes, Jonas. III. Título.

FRANCINEIDE DA SILVA LEAL SILVA

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto (orientadora)

Prof.^o Dr. Jonas Rodrigues de Moraes (co-orientador)

Prof. Dr. Francisco Waldilio da Silva Sousa

Dedico esse trabalho a minha querida avó,
obrigada por cuidar de mim.
Raimunda Marcelina (In Memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradecer, nesse momento sinto-me extremamente grata por ter chegado até aqui. Com certeza não teria conseguido sem a ajuda de muitas pessoas que passaram por minha graduação.

De maneira especial quero agradecer aquele que tornou tudo isso possível. Obrigada meu Deus por nunca me deixar desistir, agradeço pelas inúmeras vezes que me fizestes forte para continuar a caminhada rumo à realização de um sonho.

Agradeço ao meu maior tesouro aqui na terra minha família, em especial minhas filhas, Anáielly e Amara. Ao meu esposo Daniel agradeço por ter iniciado tudo isso, pelo companheiro e paciência de sempre, ao meu querido pai, por cuidar das minhas filhas quando eu não estava presente, as minhas irmãs, Fancileide e Francineth. E aquela que por muito tempo cuidou de mim e me amou de um jeito único, minha avó Raimunda (in memoriam).

A amizade é um jardim de rosas perfumado, o coração de um amigo é um tesouro de joia rara, uma caixinha musiquinha que a gente não se cansa de ouvir. (Edilson Sousa)

A UFMA por quatro anos seguidos foi minha segunda casa e me deu uma segunda família a quem chamo de amigos. Obrigada a todos, em especial aos mais próximos. Atálcio Moreira, Denys Ferreira, Camila Maria, Juliana Rodrigues, Maria Domingas e Wallacy Leite. Eu amo vocês. Muito obrigada a cada um pelo incentivo, por acreditar em mim, pelos momentos de fraqueza que nos fizeram crescer juntos, pela cumplicidade que foi sem igual entre nós. Obrigada pelas altas gargalhadas que demos juntos, por momentos inesquecíveis que me propuseram em toda nossa graduação. Eu lhes agradeço meus amigos.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos de longas datas: Ilanna Araújo, Aline Rodrigues, Diva Sousa, Andréa Leal, além de amiga minha patroa por dois anos. Obrigada pela compreensão e ao professor Edilson Sousa.

Aqui também vai o meu agradecimento a todo corpo docente da UFMA que de alguma maneira contribui para minha formação. Em especial agradeço: a professora Dra. Anne Caroline que me deu os primeiros direcionamentos, ao professor Dr. Alex Lima, obrigada por compartilhar de suas experiências conosco. Naquele dia eu estava decidida que seria o meu último dia como universitária, mas uma conversa sua com a turma me fez desistir de abandonar o curso, muito obrigada.

Ao professor Me. Itanielson Coqueiro, obrigada por tudo, por estar sempre disposto a ajudar quando preciso. Foi através de uma disciplina sua que fiz a única viagem enquanto universitária que por sinal foi maravilhosa. Obrigada por tudo meu querido amigo.

Agradeço ao PIBID, ser bolsista foi uma honra e contribui muito para o meu desenvolvimento enquanto acadêmica, através desse programa conheci realidades que me fizeram repensar a maneira de ver a vida. Agradeço aos coordenadores que sempre nos ajudaram, cobraram e exigiram o melhor de nós, o que foi essencial para crescimento de cada pibidiano.

Por fim, agradeço a minha orientadora Professora Dra. Liliane Corrêa Pinto, muito obrigada por tudo, sem sua contribuição eu não teria conseguido. Ao queridíssimo co-orientador professor Dr. Jonas Rodrigues de Moraes, lhe agradeço pela disposição e prontidão em me ajudar nesse trabalho, serei eternamente grata a você e jamais esquecerei o quanto me ajudou e se fez presente para que fosse possível a conclusão dessa monografia.

“A força fez os primeiros escravos, a sua covardia perpetuou-os” (Jean Jacques Rousseau).

RESUMO

O presente trabalho discute a questão da resistência escrava por meio de fuga, formação de quilombos dentre outras ações que ocorreram no Maranhão, mais precisamente na região os da Região da Ribeira do Itapecuru (Caxias, Codó, Itapecuru Mirim e Vargem Grande), nos anos de 1870 a 1888, considerando que as fugas e a formação de quilombo foram estratégias de resistência do negro à dominação senhorial. Nosso ponto de referência para essa discursão foram as bibliografias já escrita sobre o tema, recorreremos também aos acervos digitais que foram de suma importância para nossa pesquisa sobre a escravidão, mais especificamente a questão da resistência negra a essa escravização a qual eles foram obrigados a se submeterem aqui no país. Este trabalho também fez uma análise em anúncios de fugas coletados em periódicos com o intuito de compreender essa relação ente senhor e escravizado.

PALAVRAS- CHAVES: Escravizado, Resistência e Senhor de Escravo.

ABSTRACT

The present text discusses the issue of slavery resistance, runaways, quilombolas and other actions that happening in the State of Maranhão, in the region of the Ribeira do Itapecuru (Caxias, Itapecuru Mirim, Codó and Vargem Grande), between 1870 to 1888, as a strategy of black resistance against slavery. The bibliographies references were the research produced about the theme and newspapers digital collections that were consulted to understand the slaves resistance in Maranhão. This work also made an analysis on flee ads collected in newspapers in order to understand this relationship between the master and their enslaved.

Keywords: Enslaved, resistance, Master of Slave, Codó.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: ABRAHÃO, VICTOR, VALÉRIO, FORTUNATO E QUIRINO.....	38
QUADRO II – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: JOAQUIM, ZEFERINO, THOMAZ, JOÃO GUARIBA, JOSÉ CADETE, ANTÔNIO E FRANCISCO.....	39
QUADRO III – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: JÚLIA, FELÍCIA, JULIA, SENHORINHA, JOANA, IZABEL E LIBÂNIA.....	39
QUADRO IV – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: LEOPOLDINA, IGNÁCIA, FILOMENA, SEVERA E SERAFIM.....	40
QUADRO V – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: ANTÔNIO, EVA, MÁXIMO, ABEL E APOLINÁRIO.....	41
QUADRO VI – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: MARCELO, DEOCLECIANO, SEVERINO E ANTÔNIO.	41
QUADRO VII – INSCIDÊNCIA DE FUGA.....	42
QUADRO VIII – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS ANÚNCIOS DA RIBEIRA DO ITAPECURU.....	44
QUADRO IX – LOCAIS DE CATIVEIRO, NOME DE PROPRIETÁRIOS E A REGIÃO COM MAIOR ÍNDICE DE FUGA.....	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	17
1. ANÁLISE HISTÓRIOGRÁFICA DA RESISTÊNCIA ESCRAVA	17
1.2 Um olhar teórico sobre o escravo na sociedade escravocrata	20
1.3 Violência ou castigo pedagógico: um olhar sobre a história	22
1.4 O declínio do trabalho escravo no Brasil	26
CAPÍTULO II	31
2. OS ANÚNCIOS DE FUGA DE ESCRAVOS NOS JORNAIS PACOTILHA, PUBLICADOR MARANHENSE, DIÁRIO DO MARANHÃO E O PAÍZ	31
2.1 Escravização negra no Maranhão: lenta e tardia	31
2.2 Anúncios de Jornais: fugas de escravos de 1870 a 1888 no Maranhão	34
2.3 Dos anúncios	35
2.4 Senhores e escravos: quem eram esses personagens?	38
CAPÍTULO III	44
3. ANÁLISE DOS ANÚNCIOS DA REGIÃO DA RIBEIRA DO ITAPECURU (CODÓ, CAXIAS, ITAPECURU MIRIM E VARGEM GRANDE)	44
3.1 A Ribeira do Itapecuru	44
3.2 Escravos fugidos de Itapecuru Mirim	45
3.3 Os casos de fuga de cativos em Codó	46
3.4 Fugas de Escravos em Vargem Grande e Caxias	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
BIBLIOGRAFIA E FONTES	50

INTRODUÇÃO

A escravidão foi uma instituição que por muito tempo vigorou no Brasil, durante esse período muitos homens e mulheres foram traficados do continente africano e se tornaram escravizados aqui no país. Porém muitos desses cativos não aceitavam essa condição e se rebelavam contra.

Ao abordarmos sobre essa temática da escravidão um emaranhado de informações irão suscitar em nossos pensamentos uma vez que esse universo ao qual fizeram parte nossos antepassados sempre foram permeados por diversas situações complexas e extensas. Para iniciarmos a discussão acerca desse tema é de suma importância entendermos o que a historiografia tem para nos apresentar.

Segundo Pereira (2006), as fugas, homicídios, formação de quilombos e as insurreições eram maneiras pelas quais os cativos usavam para mostrar que estavam insatisfeitos com aquela condição de vida que ali lhe era imposto. Suas vidas se caracterizavam pela violência de seus senhores, uma jornada de trabalho extremamente exaustivas e, acima de tudo, eram privados de sua liberdade, contudo muitos desses cativos retribuía a seus senhores a violência que eles sofriam e isso também se caracterizava como uma maneira de resistência a sua condição de escravizado.

[...] Neste sentido, compreende-se que os homicídios, as fugas, os quilombos, e as insurreições, mas também os furtos, a embriaguez, o entrudo e o suicídio de escravos são expressões da insubordinação desenvolvida por esses trabalhadores, em diversos graus, para não se deixarem subsumir no âmbito da escravidão, impulsionando relações de confrontação com as classes dominantes (PEREIRA 2006, p.49).

Lopes (2013) acredita que o motivo dessas fugas como meio de resistência não era tanto a condição de ser escravo, mais sim as condições desumanas de trabalho que viviam. Esses cativos viram na liberdade a esperança de dias melhores, livre dos sofrimentos aos quais eram submetidos.

Geralmente os escravos que fugiam do interior procuravam a cidade para se misturarem com os negros libertos que circulavam pelas ruas das cidades e assim também os que fugiam da cidade partiam para o interior no intuito de não serem capturados outra vez. Segundo a autora as fugas representavam muito perigo a esses escravos, haja vista que estavam sempre correndo o risco e serem capturados novamente, porque havia senhores de escravos que não desistiam fácil dessa captura e muitas vezes essas fugas eram noticiadas em jornais que circulavam na época.

A historiadora ressalta que esse processo de fuga como meio de resistência era muito complexo. No entanto, todas essas ações de resistência escrava tinham um único fim como afirma a autora, o escravo que fugia do seu senhor quer torna-se senhor de si mesmo. Assim [...] “A contestação aberta ao sistema conviveu com a resistência diária de homens e mulheres que não aceitavam mais viver o cativo. Homens e mulheres que, antes de contestarem a instituição escravista, contestaram a sua própria condição” (LOPES, 2013, p.37).

Nessa luta contra o regime escravocrata, muitos desses cativos tiveram suas tentativas de fuga frustradas, entretanto eles nunca desistiram de lutar por sua liberdade, os livros didáticos nos passam a ideia de que esses cativos sempre aceitaram essa condição de escravizado, mas o que percebemos é que não foi bem assim. Eles lutaram por seu ideal, a liberdade, e apesar da falta de registro por algum tempo na história, a vida desses escravizados foi de resistência e muita luta.

Trezentos anos de escravidão no Brasil deram origem a inúmeros trabalhos historiográficos que buscam compreender as diferentes nuances do sistema escravista, desvendar a participação do cativo nessa sociedade, analisar a relação entre escravizador e escravizado, já que, na maior parte das vezes, o que ficou registrado nos documentos foi o silêncio desses escravos. Esta pesquisa é mais um destes trabalhos.

Nosso objetivo é procurar entender um pouco dessa história, bem como fazer uma análise sobre a resistência escrava no Maranhão na região da Ribeira do Itapecuru nas décadas de 1870 a 1888. Nesse período ficaram registradas nos jornais que circulavam na época inúmeras fugas como forma de resistir a essa escravização sofrida pelos negros traficados da África.

Iniciamos o processo de pesquisa em março de 2018, os primeiros contatos com as fontes de pesquisa começaram a partir das orientações da professora Dr^a. Liliane Correa Pinto. Foram feitas várias leituras em fontes bibliográficas que discutiram sobre esse tema, além dessas leituras fizemos uma pesquisa nos acervos digitais nos periódicos (*Pacotilha, Publicador Maranhense, Diário do Maranhão e o Paíz*).

Apesar do contato com esses quatro periódicos só conseguimos coletar 39 anúncios, isso porque muitas vezes os anunciados se repetiam em diversas edições e também por conta da dificuldade com a leitura, já que esses jornais são antigos e foram se desgastando. No mais, conseguimos alcançar nosso objetivo com a coleta desses dados, que nos possibilitaram fazer uma análise dessa relação entre escravizadores e escravizados.

A presente monografia se divide em três capítulos, o primeiro capítulo tem como título “Análise Historiográfica da Resistência Escrava”. Nesse capítulo, fizemos uma

discursão acerca da resistência a partir de diferentes visões dos historiadores escolhidos como referências. Dividimos esse capítulo em quatro subtítulos no primeiro discorre sobre as fugas e formação de quilombos ainda no período colonial. No segundo discutimos sobre a ideia do cativo enquanto agenciador de sua liberdade, pensando o escravizado como um ser que não se tornou passivo diante de sua condição de escravizado. No terceiro, traçamos uma discursão sobre o escravo passivo considerado um ser coisificado e da negação da violência no sistema escravista e no quarto falamos um pouco do escravo enquanto trabalhador, e, da crítica acerca do esquecimento dos escravizados como trabalhadores por muito tempo dentro da historiografia.

O segundo capítulo, intitula-se “Os Anúncios de Fuga de Escravos nos Jornais *Pacotilha, Publicador Maranhense, Diário do Maranhão e o Paíz*”. Esse capítulo também está dividido em quatro subtítulos: No primeiro discutiremos acerca da escravidão no Maranhão, a maneira lenta e tardia como foi implantado a escravidão na região, comentando um pouco sobre as famílias principais e o momento em que a província esteve no auge em quanto poder econômico. Já no segundo, trouxemos informações sobre os periódicos em questão, seus editores, um pouco da história de cada um. Em relação ao terceiro, comentamos a quantidade de anúncios coletados, quantos páginas esses jornais apresentavam, a maneira como os senhores de escravos descreviam os escravizados fugidos e a análise de alguns anúncios de fuga. No quarto, trouxemos um quadro contendo informações dos cativos e seus senhores, fizemos uma análise desses anúncios levando em consideração as características dos cativos e, por fim, um quadro que mostra os senhores de escravos que possuíam um número maior de cativos fugidos.

No terceiro capítulo, com o título “Uma Análise dos Anúncios da Região da Ribeira do Itapecuru (Caxias, Codó, Itapecuru Mirim e Vargem Grande)”, como os outros anteriores, também foi dividido em quatro subtítulos: o primeiro falamos um pouco sobre a região da Ribeira do Itapecuru, em seguida trouxemos os nomes dos periódicos, o recorte temporal que foi escolhido e a quantidade de anúncios coletados especificamente da região da Ribeira do Itapecuru, os nomes de senhores de escravos juntamente com os escravizados e também as fazendas ou o local de cativo desses escravos. No segundo, terceiro e quarto subtítulos, fizemos uma análise desses anúncios em cada região buscando entender à relação entre senhores e escravizados.

Assim, ciente da necessidade de investirmos cada vez mais em pesquisa na área da historiografia maranhense, pretendo contribuir diretamente para que contemplem essa

perspectiva, principalmente no que diz respeito a temas por muito tempo silenciados pela história oficial.

CAPÍTULO I

1. ANÁLISE HISTÓRIOGRÁFICA DA RESISTÊNCIA ESCRAVA

A escravidão foi uma forma de exploração estabelecida pelos colonizadores europeus sobre os povos africanos. O sistema escravagista impôs-se durante muito tempo sobre os negros que vieram para o Brasil em situação de escravização, porém a história que nos foi passada por meio do livro didático perpassa pelo factual, imediato e cheio de lacunas em relação a escravidão.

Dentro desse universo escravocrata que por mais de trezentos anos perdurou na nossa história, surgiu por parte dos escravos a resistência ao modo como eles eram tratados após serem retirados do seu local de origem e colocados à mercê de um senhor que utilizava da violência para dominá-los. Quando analisamos esse universo, descobrimos que diversas formas de resistência foram usadas como tática para se libertar do jugo do senhor e da escravização. Efetivamente, eram estratégias utilizadas pelos negros escravizados para demonstrar sua insatisfação com a situação na qual se encontravam.

Os cativos estavam sempre tentando de uma forma ou outra conseguir a tão sonhada liberdade, e a saída que muitos encontraram foi a fuga e a formação de quilombo. A respeito disso, GOMES (2007) tem um vasto conhecimento sobre a organização quilombola. O autor em sua obra intitulada a *Hidra e os Pântanos* examina e relata a fundo a situação de fugas – os processos na qual os cativos passaram desde a sua saída das fazendas dos senhores de engenho até se aquilombarem –, e a formação de quilombos. Ele comenta que essas ações não foram nada fáceis, porque além de fugirem dos olhos atentos dos feitores, eles ainda precisavam percorrer um longo caminho até se estabelecerem nos quilombos – geralmente ficavam no interior das florestas mais distantes. Passada essa fase de fuga até o lugar desejado, é chegada a hora de pensar em outras questões que seriam necessárias para manter os aquilombados seguros. Assim, buscavam fazer alianças com os taberneiros, agricultores e os próprios assenzalados, enfim, procuravam formar uma rede de sobrevivência e proteção.

Essas constantes fugas se tornariam motivo de preocupação para os senhores de escravos e também para a Guarda Nacional, sendo esses implacáveis com as perseguições, captura e destruição desses mocambos e quilombos, porém alguns permaneceram ativos por um longo período.

Nas regiões da Amazônia colonial, esse grupo composto por quilombolas, negros fugidos, índios aldeados e outros personagens que permearam esse mundo da escravidão deixaram em sua história um grande registro de luta e resistência contra a escravização negra.

Com efeito, essas lutas organizadas por meio de ações estratégicas de fugas, alianças e conflitos de alguma maneira influenciaram para as redefinições das políticas coloniais, sejam elas econômicas ou de trabalhos compulsórios.

Nessa mesma área colonial formavam-se grandes quilombos, no Grão-Pará a extensão desses territórios quilombolas era grande. O crescimento dessas regiões acarretou várias expedições contrárias aos mocambos, entretanto, esse problema tornou-se crônico porque os jornais noticiavam que as fugas eram recorrentes e cada vez maiores. Isso trazia medo, preocupação para os fazendeiros e moradores vizinhos a esses quilombos.

A ideia de liberdade já estava de algum modo entrando nesse território de fronteira da Amazônia colonial. Os negros escravizados de alguma maneira já estavam sabendo da Revolução do Haiti (1791-1804), por exemplo, isso gerava inquietação e medo nas autoridades e fazendeiros que dobravam a vigilância sobre os escravos.

A luta das autoridades segue firme com empenho de destruir os mocambos formados nas províncias do Pará e Maranhão, mais precisamente as dos rios Gurupi e Turiaçu. Os representantes de cada província bem como os donos dos escravos fugidos eram responsáveis por subsidiar os custos das expedições que partiam com o intuito de prender e destruir todo e qualquer mocambo e amocambado que fosse encontrado, essa luta para acabar com que eles chamavam de mal, gerou descontentamento entre as duas regiões. Uma província acreditava que o trabalho de abatimento por parte da outra não estava gerando muito resultado.

Várias diligências foram feitas na tentativa de acabar de vez com todos aqueles quilombos. Era grande o temor e a pressão de lavradores e fazendeiros para que as autoridades tomassem alguma atitude que resolvesse os problemas causados por esses pretos amocambados acusados de perturbar e tirar a segurança dessas pessoas.

Apesar de várias diligências serem realizadas na tentativa de erradicar com esses quilombos de Gurupi e Turiaçu, a resistência dos aquilombados manteve sua existência por longo período. Desse modo, esses aquilombados consideravam os quilombos uma chance deles conquistarem sua liberdade e refazer suas vidas. Embora, os senhores de escravos e as pessoas que moravam aos arredores destes quilombos considerassem eles uma ameaça à paz e à tranquilidade do local, essa era a única saída que os escravizados viam de se manterem longe daquele regime que os maltratavam e os privavam de sua liberdade.

A formação desses quilombos tinha para esses fugitivos um significado que iria além de um simples esconderijo, ali eles reinventavam suas práticas econômicas, buscavam fazer contato com outras áreas que pudessem fazer movimentar o que eles produziam fortalecendo a economia dos quilombos. Por contas das constantes perseguições, buscavam também uma

forma de proteção, segundo Gomes (2007, p. 40) “[...] Com suas ações, estratégias de fugas, alianças, conflitos, redes de comércio e proteção influenciaram e interagiram de alguma forma para as redefinições permanentes das políticas coloniais de domínio e controle sobre a economia e trabalho compulsório para esta área”.

O ano de 1867 marcaria a província do Maranhão com o início de uma insurreição escrava em Viana. Com a Guerra do Paraguai (1864-1870) e o recrutamento das forças policiais, as perseguições e os ataques aos mocambos de alguma maneira diminuiriam. A referida guerra levantou rumores e espalhou-se entre os escravos que era em prol de sua liberdade.

Os ataques a algumas fazendas em busca de armas e munições aconteceram em Viana e o temor de uma insurreição causou preocupação tanto de fazendeiros como as forças policiais. Porque provavelmente, as autoridades estavam mais preocupadas que os fazendeiros. Em carta enviada ao presidente da província do Maranhão informando-lhe dos boatos que se espalhavam em Viana sobre o planejamento dos escravos em realizar uma grande insurreição relatava tamanha preocupação. No entanto, o presidente não deu muito crédito, ele acreditava que esses boatos não passavam de rumores. Por fim, a insurreição aconteceu e alguns motivos foram citados para isso: a constante perseguição aos quilombos, destruição de mocambos, queima de suas roças e a quebra da rede de solidariedade formada por esses quilombolas foram uns dos motivos dessa revolta.

Nessas várias diligências antimocambo que foram realizadas durante um longo período nos séculos XVIII e XIX muitos quilombos foram destruídos e novamente reconstruídos em outro lugar, mas, permaneciam com o mesmo nome. Além disso, os abatedores sabiam da existência de outros territórios quilombolas, porém se tornaram invisíveis aos olhos e alcance das expedições contrárias aos mocambos. Por certo é que as histórias de resistência desses quilombos os tornaram indestrutíveis apesar de serem alvos de constantes perseguições.

Ao longo desse período de fuga e resistência, a história oficial trata os amocambados como vilões, na qual foi disseminada uma narrativa de que eles eram considerados criminosos pelo fato de não se sujeitarem a um regime de escravidão.

Observamos que eles traçavam e executavam planos de fuga em massa e estavam atentos aos acontecimentos políticos e econômicos que os rodeavam. Por isso foram capazes de resistir a tantas expedições enviadas as florestas para baterem seus mocambos. No entanto, apesar das constantes diligências, as cabeças dessa *hidra* estavam longe de serem destruídas. Essas fortes ações de defesas e estratégias tinham na sua existência um longo histórico de luta

e resistência. Isso lhes permitira seguir com a ideia de se tornarem futuramente homens e mulheres livres. Mesmo que fossem considerados inferiores em relação aos que se consideravam seus donos e os tinham apenas como mão de obra escrava com o fim único de enriquecê-los independente de qualquer situação. Mas esses mostraram que suas habilidades iriam além do que os olhos de seus senhores eram capazes de ver. A prova disso foi a formação e manutenção de quilombos por todo território mesmo com as constantes tentativas de erradicação dos mesmos.

1.2 Um olhar teórico sobre o escravo na sociedade escravocrata

Considerar os cativos enquanto coisa foi algo que por muito tempo perdurou na história. Uma vez que para os vendedores e senhores de escravos estes não passavam de um objeto que lhes serviria para angariar lucros, sendo assim, nada que esse cativo sentia ou pensava era considerado importante na sociedade escravocrata.

Porém, esses escravos não cruzaram os braços, lutaram e resistiram a essa escravidão apesar de muitas vezes tudo ser inútil. Chalhoub (2011) nos apresenta uma gama de situações onde essa questão da resistência é presente no dia a dia desses negros. Os escravizados estavam atentos ao seu cotidiano, conheciam bem essa instituição da escravidão, uma vez que os mesmos eram personagens desse constante movimento de compra e venda, eram eles o objeto de tal transição.

No entanto, a não aceitação por parte de muitos desses cativos das condições de escravização interfere de maneira positiva em suas vidas. Não se submeter ao regime de escravidão tornou-se motivo para lutar e resistir à situação de cativo na qual se encontravam. Isso fez a diferença, de alguma maneira, eles estavam incomodando ao subtenderem que não eram simplesmente coisas, mas sim pessoas capazes de se revoltar e reagir ao cativeiro imposto pelos senhores. Conforme segue nas análises do diálogo abaixo:

[...] os negócios de compra e venda de escravos ocorriam num universo de possibilidades e de práticas sociais que havia instituído um espaço de participação ou de opinião do cativo em tais transações. Essa participação dos escravos, mesmo que incerta e delimitada pelas relações de classe numa sociedade profundamente desigual tinha regras lógicas e consagradas pelo costume (CHALHOUB, 2011, p. 83).

Pelo que vimos, a escravidão era imposta por questões econômicas, sociais e pelas relações étnicas raciais, em que os senhores brancos da Casa Grande se colocavam em uma relação de superioridade. Os negros que resistiam eram considerados subversivos e

desobedientes, portanto, não estavam adequados aos padrões impostos pela sociedade escravista. Efetivamente, o que os senhores impunham e esperavam era obediência e resignação por parte dos cativos.

Chalhoub (2011) acredita que a liberdade concedida aos escravizados foi o resultado de muita luta que aconteceu no interior do cativo. Todo esse processo de oposição e resistência se dava em meio ao comércio de compra e venda de escravos. Desse modo, conforme o autor, o sistema escravagista era efetivamente traumático uma vez que esses escravos foram arrancados de suas províncias de origens de perto de seus familiares e amigos mandados para bem distante.

Essa ideia ganha força quando ele trata dos problemas que os vendedores de escravos obtinham quando ficavam incumbidos de fazerem as negociações. Chalhoub (2011) expõe que esses escravos tinham percepções e tomavam atitudes diante de uma situação de transferência. Essas ações levam o autor a acreditar que esses escravos conheciam essa escravidão e que de alguma maneira essa percepção transformava esse processo de negociação em algo mais complexo do que um simples negócio de compra e venda de escravos.

Os escravos muitas vezes não aceitavam serem vendidos para determinado senhor bem como mudar para um lugar diferente justamente pela percepção que os mesmos tinham do cativo, eles tinham uma ideia do que era justo e tolerável.

Compreendemos que de alguma maneira informações sobre os cativos circulavam entre eles, os escravizados tinham mais ou menos uma maneira de manifestarem sua opinião no momento da negociação de compra ou venda, “[...] era comum que os escravos exercessem alguma forma de pressão sobre seus senhores no momento crucial de sua venda” (Ibidem, p.36). Nessa perspectiva, o autor relata inúmeros casos de escravos que de uma maneira ou de outra demonstravam sua aprovação ou seu descontentamento quando um negócio era feito.

A tão sonhada liberdade levou muitos escravizados a buscar a mesma na justiça. No entanto, por não serem livres, eles precisavam de um representante legal que respondesse por eles. Chalhoub (2011) nos contempla com uma extensa análise sobre como ocorriam os processos de concessão ou compra de alforrias nas últimas décadas da escravidão na corte. Inúmeras histórias de cativos que enfrentavam por meio de um curador ou advogado seus senhores na justiça em busca de sua liberdade foram registradas nos processos examinados por ele. Alguns conseguiam essa alforria, mas a grande maioria era sublevada pela vontade e ganância de seus senhores mesmo tendo esse direito garantido pela lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) que em um de seus artigos declara o direito de alforria por

indenização de valor. Entretanto, essa lei não estava sendo aplicada com os devidos rigores e que precisava ser revista.

Nas últimas décadas de escravidão na corte do Rio de Janeiro a grande maioria de sua população, composta por negros, escravos libertos ou negros livres, procurava construir ali sua vida dando sentido a sua história. Finalmente começa a aparecer uma remota esperança de alcançarem o que há muito tempo esperavam, estavam os negros em condição de procurar alternativas e serem sujeitos de suas próprias histórias depois de um longo percurso de lutas e resistência a escravidão a qual eram submetidos. A partir da Abolição da escravatura eles e elas vivenciavam um momento “novo” em suas vidas já não eram obrigados a estarem presos aos seus senhores, isso lhes dava mais mobilidade.

Essa autonomia conseguida pelos cativos enfraquece a instituição da escravidão na corte uma vez que ao se tornarem menos reprimidos pelos seus senhores poderiam viver por si só. Com a concessão de autogerir suas vidas e de morarem distante dos olhos de seus senhores estava literalmente essa instituição da escravidão fadada ao seu fim. Contudo, os negros tinham que trabalhar e gerar lucro para seu senhor.

Com essa liberdade, os negros poderiam escolher onde morar, assim procuravam os cortiços onde se sentiam mais à vontade. Esse novo modo de viver dos escravizados ocasionava um medo branco naquela corte fazendo com que os negros fossem constantemente vigiados pelos policiais. Assim, qualquer suspeita de motim era logo investigada e sufocada antes que tomasse maiores proporções.

Enfim, essa instituição se tornou um complexo de informações sobre as lutas e resistência de um povo que sempre foi silenciada. Com efeito, a escravidão é somente lembrada como sendo uma história protagonizada por negros que aceitaram passivamente essa condição de escravizado. O que fez Chalhoub (2011) com essa pesquisa foi desmistificar essa ideia do escravo passivo, mostrando as batalhas que eles travaram em busca de sua liberdade.

1.3 Violência ou castigo pedagógico: um olhar sobre a história

Dentro da historiografia existem alguns autores que não concordam que os escravos tinham uma visão da escravidão a que estavam sendo submetidos, alegando que eles eram postos a uma situação considerada desumana a partir do momento em que eram arrancados de suas origens e transportados para o outro lado do mundo como mercadorias. No entanto tinham a função diferente de uma mercadoria propriamente dita.

Esses cativos tornavam-se objetos nas mãos de traficantes e máquinas de produzir riquezas nas mãos dos seus senhores. Tornando-se propriedades privadas, os cativos estavam sujeitos aos caprichos, coerções e ordens de seus donos, sofriam todos os tipos de violências possíveis para se tornar bons escravos.

Todo esse processo pelo qual os escravizados passaram foram arrancados dos mesmos sua condição de pessoa, causando assim o que Gorender (1990) chama de “coisificação do escravo”. Dessa maneira, “[...] à exceção da geração que chegou à abolição a grande maioria viveu a escravidão até a morte” (*Ibidem*, p. 34). Nesse sentido, o autor faz uma crítica ao pensamento de Lara (1988) que diz que o escravo não é um ser “coisificado”, uma vez que este sabia da sua condição de escravização e aceitava a violência desde que fosse aplicada de forma justa.

Assim sendo, podemos concluir que o castigo físico dos escravos não chegou a ser contestado nas diversas instancias da sociedade. Muito se objetou contra os excessos envolvidos na sua pratica, mas jamais se propôs sua abolição. Se, em comum, Coroa Igreja, senhores e até escravos não contestavam o castigo, cada um deles tinha, porém, uma leitura diferente da sua função e de suas delimitações (LARA, 1988, P. 72).

Diante do pensamento da autora, o que fica entendido para os senhores, escravos e demais seguimentos da sociedade era que os castigos aplicados aos cativos nunca foram contestados por esses perante a lei. Isso levava a entender que esses castigos eram compreendidos de maneira diferente por cada um. Assim, sem contestação ou pedido de sua abolição eram considerados aceitos sempre que fosse preciso ser aplicado.

Gorender (1990) começa a discordar do que foi escrito sobre a escravidão desde a data que é comemorada de fato o seu término que para ele deveria ser 1988 e não 1888 como é comemorado. O autor acredita que uma lei promulgada em 13 maio de 1888 (Lei Áurea), não pôs fim à escravidão uma vez que não houve quase mudanças depois de sua sanção.

Discorda também da maneira como alguns autores contemporâneos percebem esse mundo da escravidão, dentre esses autores temos: Chalhoub (2011), Gomes (2007) e Lara (1988). Esses autores nos contemplam com pesquisas onde dão ao escravizado um papel de destaque dentro desse mundo da escravidão. Já Gorender (1990) só percebe esses cativos como pessoas que sempre estiveram sob o julgo pesado da mão de seus senhores. O mesmo fala que poucos escravos chegaram de fato se rebelarem contra esse regime de escravidão, que a maioria nasceu e viveu nessa condição por toda sua vida.

A leitura que Gorender (1990) faz do mundo escravocrata traz um viés diferente desses três autores citados acima, uma vez que ele observa todos os processos pelos quais esses escravos passaram nesses mais de trezentos anos foram extremamente difíceis, ele

sempre dá ênfase à violência e à coisificação que o escravo sofreu por conta do rigoroso regime que esteve exposto durante um longo período.

Os cativos sofreram sob o julgo estafante e opressor de seus senhores, além disso, viviam constantemente sob um dilema entre ser coisa e ser pessoa. Gorender (1990) diz ainda que, a tentativa desses autores de mostrar um mundo onde fosse possível negociação entre senhor e escravo, fortalecia a ideia de continuação da escravidão. Ao ser possível tal ato, os escravos concordavam em continuar com um regime onde eram privados de sua liberdade.

Enquanto Gorender (1990) enfatiza à essa questão expressa da violência contra os escravos, Lara (1988) afirma que houve essa violência, porém com menos intensidade como afirma Gorender (1990). O autor afirma que Lara chega a considerar que esses castigos foram pedagógicos e que tinham apenas o intuito de ensinar como esses cativos deveriam se comportar. Considerava isso como uma relação que era regada a amor/medo, mercê/rigor entre escravizadores e escravizados.

Alega que as conclusões da autora sobre os castigos serem considerados brandos não poderiam ser interpretadas como sendo essa a visão dos cativos a respeito desse tipo de violência. A mesma tira essa conclusão após examinar processos movidos por escravos contra seus senhores.

Gorender (1990) acredita que ela deveria levar em consideração toda conjuntura que cercava esse meio. Tendo em vista que a maior parte dos escravizados não sabia ler e escrever logo não poderia entrar com um processo contra seu senhor. O que levava esses cativos a terem a necessidade de um representante legal. Diz mais ainda, que esses processos tinham sim uma ideologia de quem os escreviam que com certeza não contemplavam por completo o que os escravos realmente pensavam.

Já a autora Lara (1988), em seu livro *Campos da Violência*, depois de examinar alguns processos nega que essa violência sofrida por parte do escravo considerada brutal a ponto de torná-los coisa realmente existiu. Ressalta que houve sim essa violência, mas não da maneira como é posta, contrapondo assim os pensamentos de Gorender (1990).

Segundo a autora, em momento algum onde houve prática de denúncia ou negociação entre escravo/senhor, foi mencionando um pedido para o fim de tal violência, mas sim que esses castigos fossem moderados, ou melhor, justos. Os senhores de escravos entendiam que era necessária a presença dos castigos para que pudessem disciplinar e educar esses cativos.

Esses castigos eram permitidos por lei desde que fossem praticados com humanidade, que raras foram as vezes que senhores foram condenados por castigar de maneira desumana seus escravizados. Porque um senhor não iria cometer tanta violência com um

escravo a ponto de matá-lo. Esse era uma espécie de investimento que lhe traria lucros, que somente era aplicado o castigo quando se fazia necessário.

Essa relação entre senhor e escravo era extremamente volátil dito isso justamente pela preferência que muitos escravos tinham por esse ou aquele cativo. Consideravam alguns senhores mais perversos que outros. Dava a entender que essa relação poderia ser regada de castigos por hora, mas que também poderia ser “amena” se o escravo fosse submisso ao seu senhor.

Segundo Lara (1988), esses senhores tinham um ar de paternidade dentro de seu discurso de ordem ao castigar seu escravo. Era necessário mostrar porque estava sendo castigado. Isso fazia com que esse cativo aceitasse essa punição com consciência que merecia pelo fato de ter cometido um erro. Essa relação amorosa senhor/escravo deveria sempre ser regada a respeito, rigor e temor.

Assim como o castigo justo e medido assegurava a submissão escrava, as palavras amorosas e o haver-se primeiro como pai tentava fazer com que a submissão se perpetuasse dissolvida pelos sentimentos do amor e respeito, aceita ativa e positivamente pelos escravos (LARA, 1988, p.117).

O que a autora Lara (1988) percebe dentro dessa instituição da escravidão é um universo onde existia essa relação paternal entre senhor/escravo. Existiam os castigos, não demasiadamente cruéis como afirma Gorender (1990), que era uma relação mais ou menos contratual que cabia ao escravo fazer sua parte sendo um bom cativo caracterizado por ser: obediente, fiel e exercer um bom trabalho, o que em tese lhe traria mais chance de conseguir sua carta de alforria.

Mas para que isso fosse possível se fazia necessário ter pulso firme principalmente com os que eram mais rebeldes, só assim existiria equilíbrio nessa relação na qual fazia perpetuar a política do poder entre escravizadores e escravizados, garantindo assim a sua funcionalidade bem como sua ordem.

Como podemos observar essa questão da escravidão é algo que traz diferentes panoramas que nos fazem pensar quão complexo foi esse período, em que nos remete a cenários de crueldade, violência e resistência por parte dos escravizadores e escravizados.

Discutir sobre resistência escrava é falar de uma constante luta que esses cativos travavam dia após dia com o intuito de adquirirem a tão ambicionada liberdade. No entanto, isso era algo que estava muito longe de seu alcance, os senhores de escravos buscavam sempre tirar lucro e proveito dessa mão de obra, e tudo que eles não queriam era abrir mão dela. No

¹Brasil, a escravização negra tornou-se um regime de vigilância, coerção e violência que era rigorosamente mantido em qualquer lugar onde houvesse escravizados trabalhando.

Ao fazermos uma análise historiográfica da escravidão no Brasil, percebemos que este regime foi entendido de duas formas um processo de extrema crueldade e um ato desumano capaz de torna-los seres coisificados incapazes de lutar por sua liberdade, entretanto tornou-se uma maneira na qual os negros tinham certas autonomias e poderiam influenciar nas decisões dos seus senhores, o que os tirariam da condição de “coisa”. Ao levarmos em consideração as ideias dos autores aqui abordadas, o que ficou registrado foi um mundo onde foi possível percebermos momentos de aceitação, indignação e resistência.

1.4 O declínio do trabalho escravo no Brasil

Essa instituição chamada escravidão estabeleceu-se pela necessidade de uma mão de obra com finalidade de produzir riquezas a custo zero, que os colonizadores europeus encontraram para explorar toda riqueza que encontraram ao “descobrirem” novas terras no novo mundo. Dos Estados Unidos, Antilhas ao Brasil a mão de obra escrava foi a principal força de trabalho estabelecida, esse regime foi responsável por sustentar a economia porque estabeleceu e vigorou por mais de três séculos na nação brasileira.

Era um negócio extremamente lucrativo para quem estava na condição de dominante a ponto de fazer senhores de engenhos, fazendas e demais donos de escravos buscarem a qualquer custo se manterem ativos nessa atividade de escravizar pessoas vinda dos mais diversos lugares do continente africano.

Discutir sobre o processo escravocrata no Brasil é pertinente porque permite compreender o quanto essa mão de obra foi importante durante muito tempo para produção e sustentação das riquezas do Brasil. Com efeito, cabe afirmar que os recursos financeiros adquiridos pelos senhores de engenho e escravocratas foram tirados do suor dos escravizados, da sua transformação em objeto, da privação quase que total de sua identidade cultural e principalmente da maneira desumana como essa instituição tratava os seus submissos.

¹ A Balaiada foi um movimento que ocorreu nas décadas de 1838 a 1841 reivindicando direitos de participação político-administrativa.

A Revolta dos Malês, um movimento que ocorreu na cidade de Salvador (província da Bahia) entre os dias 25 e 27 de janeiro de 1835, reivindicando a libertação dos escravos.

Esperança Garcia, seis de Setembro de 1770. Dois anos antes da expulsão dos Jesuítas, a escravizada Esperança Garcia, pertencente a uma das fazendas da companhia de Jesus, denunciou os maus- tratos que vinha sofrendo por parte do recém- empossado administrador.

Para a autora Costa (2007), o processo de desagregação do sistema escravagista não foi algo assim tão fácil, considera que essa transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado foi extremamente difícil e longa. Ressalta que essa questão da transição em algumas regiões da América foi um processo que aconteceu de maneira pacífica. Entretanto, outros lugares essa transição foi regada as lutas bastante sangrentas, e isso ela atribui as questões econômicas, sociais e ideológicas de cada lugar.

O Brasil começa a se organizar enquanto um país independente no pós 1822. A carta constitucional de 1824 assegurava as garantias individuais, afirmando que a lei era a vontade do povo e teoricamente todos eram iguais, sem privilégios para uns e outros não. Porém isso não se aplicava aos donos de escravos, já que essa resguardava o direito da propriedade privada. Em um país sedento por liberdade, prevalecia mais de um milhão de homens sendo escravizados.

Segundo Costa (2007), após a independência alguns dos considerados líderes da geração que tornou o país independente se manifestam a favor da emancipação dos escravizados. Eles tinham formação e contato com a cultura europeia, mas nada de concreto era planejado para pôr fim a escravidão. Esses ousados liderem consideravam que a escravidão trazia grandes males para o país (por risco a segurança nacional, rendia menos que o trabalho livre, era inibidor do processo de industrialização etc.), entretanto temiam as consequências de uma abolição imediata, na qual sugeriria assim a cessação do tráfico por um tempo, bem como a sugestão de um termo de proteção ao escravo.

Com uma quantidade exorbitante de escravos existente no Brasil, alguns fazendeiros começam a simpatizar com a ideia de cessar o tráfico. Por um lado estavam endividados com a compra desses cativos, mas seria vantajoso se pensassem na ideia de supervalorização de sua propriedade. Os que ainda não possuíam essa grande quantidade de cativos se mostravam contra essa ideia de cessação do tráfico, mas isso logo se torna alvo dos políticos, porque o público já tinha abraçado essa ideia.

Por outro lado, tinham os ingleses que também queriam a cessação desse tráfico, para isso intensificam a vigilância e aprisionavam navios negreiros. Outras medidas como a lei de 4 de setembro de 1850, denominada de Lei Eusébio de Queiróz em que modificava a legislação escravista brasileira, nesse período. Essa lei proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Foi considerada um dos primeiros passos no caminho em direção à abolição da escravatura no Brasil e a expulsão de traficantes do país. Ela ajudou a amenizar o tráfico em grande escala.

No entanto, essa prática de comercialização de escravizados continuou de forma ilícita em pequena escala de maneira contrabandeada por alguns anos. Entretanto, essa

atividade ilegal não conseguiu se fixar novamente sendo sessado definitivamente. As últimas notícias de tráfico que temos datam de 1856.

Como toda forma de sistema bem estruturada, há dificuldade para ser desarticulada. Assim também foi com o sistema de escravidão que passou por duras resistências quando levantada a hipótese de seu fim por parte dos considerados não abolicionistas. A alegação maior era que por fim ao sistema escravista iria trazer grandes danos à economia principalmente a cafeeira onde estava concentrado o maior contingente de escravos no período em que se alastravam as ideias abolicionistas.

Segundo Costa (2007), por volta de 1880, a maioria dos fazendeiros já estava certa que a escravidão estava fadada ao seu fim, que por mais que resistissem a essa ideia, ela estava batendo suas portas. Com uma grande demanda de trabalho e prestes a perder sua principal mão de obra, viam-se obrigados a buscarem alternativas.

Desse modo, começam a investir na imigração, talvez aí encontrassem a resposta, ou melhor, a solução para seus problemas. Além disso, outro viés se abriu para que eles investissem seu capital, começam a surgir as estradas de ferro, bancos e indústrias, dando um novo rumo à vida aos senhores donos de escravos.

A libertação dos cativos em parte possibilitou o livramento desse fardo chamado escravidão. No entanto, ficou uma vasta população que sempre foi segregada, largada à própria sorte, fazia parte, mas em condição de subalternos. Dessa maneira, o grande número de negros ficou espalhado pelos locais sem qualquer tipo de assistência social.

Efetivamente, a abolição não foi acompanhada de políticas públicas voltadas para atendimento à população negra como reforma agrária, acesso à educação, moradia, entre outras políticas de ação social. Como analisado anteriormente, sem esse tipo de assistência por parte de Estado brasileiro, favoreceu-se a emersão de grandes problemas sociais porque a elite aristocrática brasileira tratou as questões de acesso às políticas sociais como caso de polícia.

Já a autora Lara (1998) tem uma criticidade a essa substituição da mão de obra escrava para a assalariada pela maneira como essa se consolidou, em um artigo sobre *Escravidão, Cidadania e História do trabalho no Brasil*. O referido texto parte da ideia de desvalorização desse trabalho que foi tão importante para manter a economia. A autora começa por discordar da maneira como está sendo pensada essa história, uma vez que são deixados para trás aqueles que por mais de três séculos foram os responsáveis por produzir as riquezas e todo o trabalho que sustentava o Brasil.

Os escravos, mesmo passando por um período tão extenso de escravidão, sendo escravizados de todas as formas possíveis, buscaram na resistência uma maneira de burlar esse

sistema. No entanto, na maioria das vezes sem a aprovação ou ajuda daqueles que se consideravam superiores a eles. Depois de findado esse regime, seja pela sua maneira arcaica de se manter, ou pelas novas oportunidades de lucros que um novo sistema em curso propagou, surgem aqueles que se julgavam aptos a falar em nome desses cativos.

Os abolicionistas se tornam defensores da liberdade destes cativos. Com a força das campanhas realizadas contra a escravização negra, os intelectuais e lutadores populares cumpriram um papel histórico e heroico importante na história do Brasil. A crítica à campanha dos abolicionistas é porque eles achavam que a luta contra o regime de escravidão iniciou com eles, entretanto, os escravizados já faziam combates por suas liberdades. Desse modo, “[...] em nome da justiça e da humanidade burguesa os abolicionistas erigiam-se em procuradores dos oprimidos, excluindo-os da luta pela liberdade e da própria história” (LARA, 1998, p. 28).

Segundo Lara (1998), a historiografia brasileira não trata do escravo enquanto um ser histórico, mais sim como um ser coisificado incapaz de pensar e de ter ações próprias, além disso, agora era até considerado inapto para o trabalho. Enquanto isso o imigrante branco ganhava seu lugar como ser histórico na história do Brasil, quando é tratada a questão da substituição e transição de uma mão de obra escravizada para uma assalariada (livre).

Esses trabalhadores começaram a passar por um processo de exclusão desde sua chegada ao Brasil até o momento em que foi cessada a escravidão. A partir desse momento, os trabalhadores negros escravizados foram esquecidos dentro da história.

Alguns autores começaram a tratar da história do trabalho e não mencionaram os escravizados enquanto trabalhadores. Esses produziram seus textos, livros, artigos, entre outros, abordando a partir do trabalho assalariado, ou seja, deixaram de lado uma página de mais de três séculos do trabalho mais hostil e desumano que nossa história já presenciou até os dias atuais.

Lara (1998) faz uma ressalva sobre a ideia de liberdade que tinham esses escravos. Como Chalhoub (2011), ela também cita que poderiam ter vários significados esse termo, como por exemplo: o direito de não morar sob o teto senhorial, o direito de ir e vir sem controle ou restrições e o direito a terras conquistadas no período do cativo. Ao pensarmos por esse lado, a ideia de posse da terra já recai mais para o aspecto econômico. Porque se o trabalhador escravizado tivesse posse de um pedaço de terra, ele poderia produzir e manter sua família e não somente o direito de vender sua força de trabalho livremente. É importante destacar que o negro foi sim sujeito de sua história, e como tal não se sujeitou a esse regime escravista tão passivamente como alguns autores afirmam. Essas reflexões são bem articuladas no diálogo seguinte:

[...] Pesquisas assentadas em documentos referentes a locais e períodos diversos têm constatado que o escravo, enquanto escravo apesar da escravidão não deixou de ser um sujeito histórico como outro qualquer, definindo e definindo-se no bojo das relações sociais (LARA, Op.cit., p.33).

Por muito tempo, os negros enquanto trabalhadores ficaram de fora das obras historiográficas. Segundo a autora, somente recentemente alguns paradigmas começam a ser quebrados e a se escrever por um viés que não o do dominante. Mas, ressalta que a ideia de substituição do trabalho escravo pelo livre tira do cenário histórico os trabalhadores negros escravizados, uma vez que esses não constam no registro do censo, o que dá lugar a um vazio. Não tendo uma história registrada, fica um silêncio que por muito tempo e por si só parecia já estar explicado.

Essas e outras discussões serão aprofundadas e tratadas nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO II

2. OS ANÚNCIOS DE FUGA DE ESCRAVOS NOS JORNAIS *PACOTILHA*, *PUBLICADOR MARANHENSE*, *DIÁRIO DO MARANHÃO* E *O PAÍZ*

2.1 Escravização negra no Maranhão: lenta e tardia

A escravidão no Maranhão foi um processo que se constitui de maneira lenta e tardia como irá afirmar alguns autores – o que será analisado mais adiante. Por um bom período, a mão de obra escolhida para ser escravizada foi a indígena. O trabalho livre foi outra forma de utilização pela aristocracia no Maranhão, antecedendo a entrada dos cativos vindo da África para exercer a atividade escrava nas lavouras da região ou em qualquer local que coubesse sua força de trabalho.

Os colonos que povoavam as terras da região do Maranhão não tinham condições financeiras para entrarem na atividade do tráfico da mão de obra africana que há muito já existia no Brasil. Isso não quer dizer que não houvesse escravos no Maranhão antes da criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. No entanto, os cativos eram poucos, a ponto de ser a maioria dos nativos que exerciam as atividades locais.

Essa realidade se transformou porque levou a província do Maranhão a prosperar e ser considerada uma das mais ricas. Ela passou de uma província que vivia do extrativismo e criação de bovinos à exportadora de algodão para a Europa.

Segundo a autora Mota (2012), a colonização no maranhão se deu de maneira gradual. Ressaltamos que “[...] logo se descobriu que não havia ouro, e, sem maiores atrativos para os investidores ligados a metrópole, a colonização caminhou a passos lentos” (MOTA, 2012, p.22). Os investidores europeus perderam o interesse pela província. Os colonos que estavam estabelecidos na capitania não tinham condições de exportar mão de obra africana e viviam do extrativismo e criação de bovinos.

Sem as devidas condições de exportar mão de obra, os colonos viviam a disputar a mão de obra indígena com os padres da Companhia de Jesus. Essa missão religiosa dizia-se contrária à escravização desses nativos. Entretanto, a utilização dessa mão de obra por parte dos Jesuítas redeu muitos empreendimentos: engenhos, fazendas, conventos, entre outras propriedades.

Mota (2012) mostra como as famílias principais começam a colonizar o Maranhão. As famílias teciam uma rede de poder que se fortificou e cresceu na região. As reformas pombalinas tiveram um papel importante nesse processo de colonização. Com a queda na

economia portuguesa por conta da baixa na produção do ouro, metais preciosos, o comércio de açúcar e tráfico de escravos, os colonizadores procuraram uma maneira de buscar uma nova fonte de renda que pudesse gerar novos lucros para a coroa.

Entrou em cena o ministério pombalino que criou várias reformas, uma delas foi a política de fomento agrícola em que o Grão-Pará e o Maranhão tiveram importante participação. A criação da companhia trouxe muitas oportunidades, o que atraiu imigrantes da coroa para o Maranhão para se tornarem proprietários rurais. Como afirmou Mota (2012), o número de doações de terra cresceu muito e com isso houve um aumento na economia local, o que alavancou a importação maciça de escravos na qual chegou entre anos de 1801 a 1820 um total de 48 mil negros escravizados.

Observamos que com os casamentos e essa rede que formavam as famílias principais muitas terras foram conseguidas para a exploração, e a maioria dessas terras eram arrançadas pelas chamadas sesmarias. Dessa maneira, “não resta dúvida de que as doações de terras, competência do governador, evidenciam que o referido casamento se tratava de um arranjo, que resultaria em dividendo para a grande família” (MOTA, 2012, p.46).

Como podemos observar esses casamentos além de trazerem mais riquezas para as famílias consideradas principais, também contribuía com o aumento do povoamento na região da Ribeira do Itapecuru. Quanto maior quantidade de terras cultivadas, principalmente aquelas em áreas férteis que ficavam nessa região, maior a possibilidade de aquisição de mais propriedades. Isso permitia uma política de fomento à colonização dessas terras que eram movidas pelos braços escravos que pertenciam aos senhores da elite local.

Nesse sentido, a entrada de escravos no Maranhão se deu a partir de 1661, o autor afirma isso com base em uma carta do padre Antônio Vieira que era favorável a vinda de escravos para o Maranhão. Ele alegava que isso iria melhorar o estado de miséria em que os colonos se encontravam (MEIRELES, apud. SILVA, 2013, p. 37).

A economia do Maranhão era praticamente toda agrária exportadora, na qual se cultivava em abundância arroz, algodão e mais tarde cana de açúcar. Toda a produção agrícola tinha com base de sustentação o trabalho dos negros escravizados. O que tornava os cativos indispensáveis para os produtores, tanto que no ano de 1822 chegaram a ser 51% da população maranhense. Não se pode esquecer que a entrada desse grande número de escravo só foi possível graças à criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão que incrementou a entrada de africanos escravizados na região. Com essa quantidade de mão de obra que a região maranhense possuía, sua economia cresceu muito e chegou a ser considerada a quinta maior província em importância econômica.

No Maranhão, esse grande número de escravo era necessário por conta do aumento na exportação dos produtos agrícolas principalmente o algodão que estava em alta. Porém, ter uma grande quantidade de trabalhadores escravizados significava prestígio social, em que se diferenciavam, assim, as famílias abastadas. Como podemos notar nas reflexões a seguir:

[...] isso se devia ao fato de no Maranhão possuir escravos ser um símbolo de distinção social e que, mesmo quando os lavradores vendiam seus escravos para o sudeste, tentavam manter alguns tanto como mercadoria preciosa para ser comercializada em outro momento, quanto como símbolo de distinção social e não decadência econômica das famílias abastadas (SILVA, 2013, p.40)

Efetivamente, a autora mostrou que a quantidade de escravizados de um determinado proprietário significava um papel importante no que diz respeito seu lugar de prestígio social na sociedade maranhense.

Segundo Assunção (2010), a escravidão no Maranhão até o ano de 1750 teve uma mão de obra de trabalhadores escravizados insignificante. Como já mencionado acima por outros historiadores, o autor também descreve que somente com a criação da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão é que realmente começa a entrar uma quantidade significativa de cativos na região por essa deter o monopólio do tráfico de escravos.

As fazendas de arroz e algodão cresciam de maneira rápida por conta da demanda desses produtos pelos europeus, com esse crescimento e a produção acelerada, a mão de obra escrava se faz necessária e chega a 100 mil o número de cativos vindo para o Maranhão. Esses escravos eram traficados principalmente de Guiné, Dahomey e Angola. Tanto era a quantidade de escravos no Maranhão que às vésperas da abolição a população escrava na região era cerca de 78 mil no total.

Contudo, uma queda na exportação desse algodão desacelerou o tráfico transatlântico para a província do Maranhão. Tanto que no ano de 1850, quando esse tráfico foi proibido, já era bem pequena a quantidade de escravos traficados para a região. Alguns problemas de cunho político e econômico contribuíram para abalar as estruturas econômicas da então próspera província do Maranhão. Com efeito, as “[...] crises econômicas e políticas – a guerra da independência (1822-23) e a Balaiada (1838-41) que se desenrolaram na principal região produtora de algodão – contribuíram para abalar o poder econômico dos senhores” (ASSUNÇÃO, 2010, p.69).

Segundo o autor, uma sucessão de acontecimentos ocasionou a crise na produção do algodão. Isso já acontecia por conta da queda na sua exportação e as dificuldades econômicas que ocorreram desde o ano de 1817.

Como afirma Assunção (2012), outro estigma que rondava a questão da escravidão no Maranhão era sua péssima reputação em quanto cativo. Contudo, dentro da historiografia ainda não existe uma explicação concreta a respeito dessa ideia que tinham senhores e escravos de outros lugares em relação à escravidão no Maranhão. Outro elemento importante a ser salientado é que na província em questão adoeciam muitos de malária e sezão. O fato da escravização de negros no Maranhão ser lenta e negativa são atribuídos a esse conjunto de fatores elencados acima.

2.2 Anúncios de Jornais: fugas de escravos de 1870 a 1888 no Maranhão

Nesse item faremos reflexão e apresentação dos jornais (*Pacotilha*, *Publicador Maranhense*, *Diário do Maranhão e O Paíz*).

Pacotilha, jornal criado em janeiro de 1880, seu fundador foi o jornalista Victor Lobato, sua fundação ocorreu no contexto abolicionista. Sua proposta era ser um jornal popular sem envolvimento com filiações políticas. Por ser fundado nesse período de campanhas a favor da abolição da escravatura, ele se apresentava como periódico abolicionista e republicano. O jornal parou de funcionar no mês de abril de 1881, no entanto, entrou novamente em vigor no mesmo ano. Sofreu algumas reformulações, depois de algum tempo, parou novamente em 1930, e assim retornou suas publicações por volta de 1934. Desse modo, a sua circularidade foi até o ano de 1938 quando parou definitivamente.

Dentro desse jornal tiveram alguns redatores chefes que foram destaques, foram eles: Antônio Lobo e João da Mata de Moraes Rego.

Publicador Maranhense, fundado em julho de 1842, era um órgão oficial do governo provincial e saía três vezes por semana até o ano de 1862. A partir de então se tornou diário, estiveram em sua direção grandes jornalistas com um cunho político diversificado. Destacaram como redatores: João Francisco Lisboa, redator até 1855; Sotero dos Reis (1856-1861), em seguida seu redator foi Temístocles Aranha até 1963; seguido por Ovídeo da Gama Lobo, que ficou até início de 1864.

Logo depois veio Antônio Henrique Leal que ficou todo o ano de 1864. Em 1865 foi a vez de Felipe Franco de Sá. No ano seguinte teve redator um funcionário que fazia parte da secretaria do governo. O referido jornal parou de circular no ano de 1886.

Diário do Maranhão, periódico fundado em 1885 por um grupo de empresários. Era um jornal que tratava da lavoura, comércio e indústria, suas publicações ocorriam todos os dias com exceção dos dias santos e feriados.

O Paíz, fundado pelo professor Temístocles Aranha no ano de 1863 que foi editor e jornalista desse jornal por vinte anos. Esse periódico inicialmente saía apenas três vezes na semana cujo seu subtítulo era de jornal literário, católico, comercial e também noticioso até a edição de número 18, posteriormente passou a circular todos os dias com o subtítulo de Órgão Especial do Comércio: órgão de Classe.

2.3 Dos anúncios

Foram coletados trinta e nove anúncios em quatro jornais (*Pacotilha, Publicador Maranhense, Diário do Maranhão e O Paíz*), os anunciados se repetem várias vezes nas edições. Esses jornais geralmente apresentam quatro páginas, e os anúncios ficam nas páginas três ou quatro na maioria das vezes.

Nesses anúncios podemos observar que os senhores de escravos tinham o cuidado de citar todas as características do escravizado e também seus sinais, sejam eles de nascença, provenientes de violência ou acidentes, com o intuito de facilitar a captura desse cativo. Outra coisa que chama atenção é que sempre mencionam que irão protestar com todo rigor da lei contra aqueles que acoitarem esses fugitivos. Além disso, ainda protestarem por danos materiais por conta dos dias de serviço que ficaram perdidos durante a ausência do escravizado no seu afazer. Alguns desses anúncios também oferecem recompensa para quem capturar e entregar o cativo fugido ao seu dono ou no endereço desejado.

Segundo Freyre (2012), a fuga era considerada uma aventura, porque da mesma maneira que havia aqueles que ajudavam ou apadrinhavam esses fugitivos por algum tipo de piedade humana, também existiam aqueles que estavam sempre atentos aos anúncios de jornais que ofereciam recompensas para quem capturasse esses escravos fujões. Observamos um anúncio desses abaixo (*O Paíz*, 25/12/1877)

50:000 réis de gratificação

No dia 20 do corrente mês fugiu o escravo Antônio, crioulo, de propriedade do abaixo assinado, idade de 40 anos, com os sinais seguintes:

Cor fula, muito falante, mostrando-se bastante humilde, rosto redondo, barbado, olhos grandes, cabelos carapinhos, tem os dedos grandes dos pés voltados para dentro, um sinal em uma das pernas, resultado de estrepada; levou vestido camisa de riscado azul e calça de riscado branco listas largas e chinelos.

Inculca-se forro, apresentando um título que requereu á coletoria, no qual se declara não achar-se ele matriculado, devendo assim ser por ter apresentado por senhor um terceiro. Dá-se, pois a gratificação de cinquenta mil reis a quem o capturar, entregando em Caxias aos srs. Major Antônio da Cunha Rabelo, Joaquim José Pinto de Moura, e capitão Manoel das Chagas Pereira de Brito, ou ao abaixo assinado.

Santa Ana, 25 de Dezembro de 1877.

Honorato Fernandes Lima.

As mais diferentes formas de resistência foram utilizadas pelos escravos como meio de negar esse regime de escravidão. Esses cativos viviam em um sistema que retirava a sua condição de livre, e as formas de resistência que eles (as) usavam para burlar esse sistema foram diversificadas como vimos no exemplo acima do escravizado Antônio. O periódico descreveu a maneira bem astuta, na qual informou as vestimentas do escravizado, como ele se vestia, calçava. Mostrava-se que era uma pessoa livre, porque em um momento de abordagem policial apresentava documento que segundo ele deixava claro sua condição de homem livre.

Havia aqueles que escolhiam a fuga como forma de resistir a sua condição de escravizado, mas também existiam os que optavam por ficar ali e sobreviver naquele regime e isso não fazia desses escravizados menos resistentes em relação aos que fugiam. Muitos eram os motivos pelos quais esses cativos empreendiam fuga, o que causava transtornos e prejuízos aos seus donos. Podemos analisar um pouco desse universo de fuga e tentativa de resgate desses escravos por partes de seus senhores observando os mais variados tipos de anúncios que eram publicados nos jornais.

Por vezes mencionavam as qualidades que esses possuíam como (o fato de um escravo ser bastante desenvolvido, ou sua capacidade de se vestir adequadamente fazendo se passar por forro etc.), dentro dessa descrição sucinta feita nos anúncios novamente nos recai as discussões historiográficas que já foram pautadas no capítulo anterior.

Ao levarmos em consideração os postulados teóricos do historiador Chalhoub (2008) iremos perceber que houve sim essa resistência por parte dos cativos à escravidão. Eles não se tornaram seres coisificados – como por um tempo foram considerados – porque eram capazes de empreender fugas e até planejarem estratégias para não serem capturados.

Em alguns anúncios os senhores chegam a citar para onde acham mais ou menos que esse escravizado estava indo, alguns relatos dão conta de possíveis idas para outra fazenda onde esse cativo tenha outros parentes, ou podem ter voltados para o lugar onde viviam antes. Muitas situações são colocadas nesses anúncios, as quais consideramos pertinentes destacar:

Sem motivos ausentou-se do sítio Anjo da Guarda, de propriedade do abaixo assinado, o seu escravo de nome Thomaz preto roceiro de 30 anos de idade pouco mais ou menos; tem os seguintes sinais baixo, falta de dentes na frente do queixo superior, rosto chato e picado de bexigas, pouca barba, pés muito grandes, rendido do lado esquerdo; é muito calado e fala poucas vezes. Este escravo achase fugido desde Setembro de 1886 quem o capturar e entregar ao abaixo assinado será bem gratificado.
Maranhão, 10 de Julho de 1887.

Manoel da Silva Rodrigues. (Diário do Maranhão, 1887)

No referido anúncio acima temos uma situação em que observamos o olhar do senhor de escravo. Segundo o dono de Thomaz esse cativo “fugiu sem motivo algum”. Seguindo a linha de pensamento do denunciante podemos entender que o escravizado estava em uma zona de conforto já que seu dono alega não ter ocorrido razão para que ele fugisse? Ficar privado de sua liberdade já não era motivo suficiente para o cativo Thomaz empreender fuga?

A presentamos no anúncio seguinte o caso da preta escravizada Izabel:

Fugiu da abaixo assinada, no dia 10 do corrente mês, sua escrava de nome Izabel, preta de 20 anos de idade, levando consigo sua filha Delucolina também preta menor de 3 anos pouco mais ou menos .

Tem ela os seguintes sinais, que a tornam bastante conhecida: fala um pouco descansado, beiços grossos e está com 8 meses de grávida.

Quem a capturar e a entregara Rua 28 de julho, prédio no 1º andar, será bem gratificado; protestando-se contra alguém que a tiver acoitada.

Consta transitar a dita escrava nesta cidade, já tendo sido encontrada por diversas pessoas.

Maranhão, 19 de Janeiro de 1880.

Emília Augusta de Queiroz Almeida. (*Diário do Maranhão, 1880*)

Nesse caso temos uma situação complexa no cenário de fuga. O jornal descreveu que uma criança de três anos de nome Delucolina acompanhava sua mãe (Izabel). A filha de Izabel era livre por conta de que no ano de 1871 foi aprovada a lei do Ventre Livre, portanto essa criança tinha conseguido sua liberdade. As descrições continuaram na leitura do anúncio em que apresentou a cativa como grávida de oito meses. O jornal reforçou que mesmo com toda essa situação ela resolveu fugir. Essa conjuntura nos dar uma noção do quanto era sofrida a vida em cativeiro, em um determinado momento a escravizada Izabel decidiu que seria melhor fugir, mesmo estando quase no nono mês de gravidez e com uma criança de três anos, do que permanecer ali naquele local onde teoricamente ela tinha um lugar para morar.

A negra Filomena foi outra cativa em fuga tratada pelo jornal *Diário do Maranhão*:

Ao abaixo assinado fugiu a sua escrava de nome Filomena, alta, cheia de corpo, cor fula, idade 30 anos pouco mais ou menos.

O mesmo desde já protesta haver os dias de serviço de quem a tiver acoitado.

Esta escrava foi comprada por mim a pouco tempo por ela mesmo me vir rogar que a comprasse.

Augusto Guilherme Garcia. (*Diário do Maranhão, 1884*).

Observamos no anúncio acima uma situação um tanto intrigante, o senhor de escravo parece surpreso ao relatar o que aconteceu com sua escrava Filomena, não entendia o porquê da fuga, se foi a própria cativa que, segundo ele, o implorou que a comprasse. No momento

que Filomena tem uma oportunidade de fugir desse novo dono, ela foge, deixando seu senhor completamente surpreso com a ação.

A Filomena era esperta, usou táticas e estratégias para conseguir convencer o senhor que a comprasse. Por algum motivo essa cativa queria se livrar de seu antigo cativo. Bem como ela procurou uma maneira mais fácil de empreender fuga, o que acabou dando certo.

2.4 Senhores e escravos: quem eram esses personagens?

A seguir apresentados vários quadros com os nomes dos senhores donos de escravos e escravizados. Isso nos possibilita conhecer algumas características desses cativos que foram descritos da maneira como eram vistos pelos seus donos. Com efeito, registramos uma pequena parte desse universo tão vasto de fuga.

Nos quadros abaixo, nosso objetivo é explicar essa relação entre senhor e escravo e como os senhores percebiam seus cativos e a maneira que os escravizados se comportavam após a fuga.

QUADRO I – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: ABRAHÃO, VICTOR, VALÉRIO, FORTUNATO E QUIRINO.

SENHORES DE ESCRAVOS	ES CRAVIZADOS
Benta Rosa de Lima	Abrahão - cabra, idade 20 anos, natural de Pastos Bons, sem profissão, porém parece apto para todos os serviços, altura regular, corpulento, feições grosseiras, olhos grandes, dentes limados com falta de um na parte superior da frente, cabelos araspoas ou assanhado, mais sempre penteados, gosta de trajar-se calça, paletó e sapatos, muito falante principalmente quando bebe aguardente. 28/12/1883 (<i>Pacotilha</i>)
Ana Amélia Costa	Victor - de 22 anos de idade, preto retinto, alto, de corpo regular, oficial de pedreiro, com uma cicatriz de estilicídio do lado esquerdo do rosto, tem pés e mãos grandes usa chinelos grossos. 10/02/1883 (<i>Pacotilha</i>)
Bernardino Peres Ferreira	Valério - cor preta, pouca barba, usando bigode sempre aparado, cabelo a escovinha, boa dentadura pé regular, mas um pouco chato, usa chapéu de feltro de copa alta, gosta de vestir-se bem nos dias santificados, sabe dar mais ou menos ponto em açúcar, entende de cozinha e é bom pescador. Do dia 02 para dia 03 de Agosto de 1884 (<i>Pacotilha</i>)
Henrique José Gaspar	Fortunato - 53 anos de idade, cabelo já todo branco um pouco corcunda, com uma ferida na canela da perna direita. 03/02/1886 (<i>Pacotilha</i>)

Marcelino Jacintho Passos	Quirino - preto fulo, meio calvo de idade 51 anos, tem o vicio de tomar rapé pelo que espirra extraordinariamente quando o toma. 13/08/1886 (<i>Pacotilha</i>)
---------------------------	---

QUADRO II – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: JOAQUIM, ZEFERINO, THOMAZ, JOÃO GUARIBA, JOSÉ CADETE, ANTÔNIO E FRANCISCO.

SENHORES DE ESCRAVOS	ES CRAVIZADOS
Manoel da Silva Rodrigues	Joaquim - de 38 anos de idade mais ou menos; 08/ 10/ 1880 (<i>Publicador Maranhense</i>) Zeferino - preto, de 25 anos, é corpo lento e marinheiro; 10/01/1880. (<i>O Paíz</i>) Thomaz - preto de 30 anos mais ou menos, baixo, falta alguns dentes na frente, rosto chato, pouca barba, pés muito grande, rendido do lado esquerdo, muito calado fala poucas vezes. Setembro 1886 (<i>Diário do Maranhão</i>)
Fortunato José Gomes	João Guariba - preto retinto, com uma verruga no beijo superior, de 22 anos de idade, muito conhecido por concertador de bombas de poço; anda calçado e intitula-se livre, é assíduo frequentador do teatro, onde a pouco tempo foi preso. 16/11/ 1882 (<i>Publicador Maranhense</i>)
Manoel José Alves de Azevedo	José Cadete - idade de cinquenta e tantos anos, cor fula com marca de bexigas, corpo seco, estatura ordinária. 25/05/ 1872 (<i>Diário do Maranhão</i>)
Honorato Antônio Rodrigues	Antônio - crioulo preto de 40anos. Janeiro de 1877 (<i>Diário do Maranhão</i>)
Rodrigo Marques dos Santos Júnior	Francisco - preto, 42 anos aproximadamente: é magro, alto, tem mãos e pés grandes e é desdentado. 25/ 11/1880 (<i>Diário do Maranhão</i>)

QUADRO III – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: JÚLIA, FELÍCIA, JULIA, SENHORINHA, JOANA, IZABEL E LIBÂNIA.

SENHORES DE ESCRAVOS	ES CRAVIZADOS
Maria Clara Guterres	Júlia - 40 anos de idade pouco mais ou menos, cor preta, estatura regular, olhos pequenos com o branco dos olhos avermelhados. 13/08//1878 (<i>Diário do Maranhão</i>) Felícia - mulata de 30 anos pouco mais ou menos, muito saliente, uma grande mancha em volta da boca, proveniente de impigens. 29/05/1880

	(<i>Diário do Maranhão</i>) Julia - preta, magra, estatura regular, tem sobre o peito direito uma cova proveniente de um tumor. 1877 (<i>Diário do Maranhão</i>)
Margarida Barbosa	Senhorinha - preta fula, pescoço comprido, cabeça também comprida, fala regularmente. 26/08/1878 (<i>Diário do Maranhão</i>)
Joaquim Thomaz da C. Basto	Joana - preta de trinta e sete anos de idade pouco mais ou menos. Fala descansado e pouco, tem os pés grandes e os dedos abertos como leque, beijos um pouco grandes e o de baixo caído. Novembro de 1879 (<i>Diário do Maranhão</i>)
Emília Augusta de Queiroz Almeida	Izabel - preta de 20 anos de idade, levando consigo sua filha Delucolina também preta menor de três anos pouco mais ou menos, fala um pouco descansado, beijos grossos e está com 8 meses de grávida. 10/01/1880 (<i>Diário do Maranhão</i>)
Maria Joaquina de Azevedo	Libânia -com os seguintes sinais: cor parda, estatura regular, corpo lenta, tem uma falta de dois na frente, cabelos grandes não muito soltos, feições alegres. (<i>Diário do Maranhão</i>)

QUADRO IV – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: LEOPOLDINA, IGNÁCIA, FILOMENA, SEVERA E SERAFIM.

SENHORES DE ESCRAVOS	ES CRAVIZADOS
Joana Solentina de Sá Viana	Leopoldina -28 anos de idade pouco mais ou menos, com os sinais seguintes: altura regular, corpo lenta, cabelos curto, olhos brancos, cara redonda, cor negra, falta de um dente na frente, pernas e braços grossos, pés quase redondos, seios grandes e uma mancha nas costas em um dos lados. 19/04/1880 (<i>Diário do Maranhão</i>)
Manuel de Magalhães Machado Júnior	Ignácia - tem os seguintes sinais: mulata clara, cara larga, beijos grossos e cabelo preto liso. 4/01/1881 (<i>Diário do Maranhão</i>)
Augusto Guilherme Garcia	Filomena - alta, cheia de corpo, cor fula, idade 30 anos pouco mais ou menos. (<i>Diário do Maranhão</i>)
Antônio Augusto Alves Serrão	Severa - parda, desdentada, magra, cabelos compridos, estatura regular e muito faladeira. (<i>Diário do Maranhão</i>)
Leôncio José de Medeiros	Serafim - cor parda (mulato) calvo, pernas cambaias, pés regulares, estatura regular, barba serrada e já grisalha mais ou menos, fala um pouco fino, idade 50 anos mais ou menos, parece sofrer de nervoso pelo que torna-se a fala tremula. 07/11/1877 (<i>O Paíz</i>)

QUADRO V – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: ANTÔNIO, EVA, MÁXIMO, ABEL E APOLINÁRIO.

SENHORES DE ESCRAVOS	ES CRAVIZADOS
Honorato Fernandes Lima	Antônio - crioulo idade de 40 anos, cor fula, muito falante, mostrando-se bastante humilde, rosto redondo, barbado, olhos grandes, cabelos carapinhos, tem os dedos grandes dos pés voltados para dentro, um sinal em uma das pernas, resultado de estrepada. 20/12/1877 (<i>O Paíz</i>)
Thomaz de Figueiredo Júnior	Eva - 18 anos de idade, bem parecida, cor fula, estatura regular, bons dentes, robusta, com marca de bexigas pelo corpo e rosto, um pequeno sinal ou defeito no nariz e seios grandes. 25/ 03/ 1878
Ana Maria Pereira de Carvalho	Máximo preto bem retinto, alto, magro, pés pequenos, vesgo de um olho e tem boa dentadura. Abril de 1879 (<i>O Paíz</i>)
Melciades Palácio	Abel - cor preto, estatura regular, espaldas largas, pouca barba, fila de um ou dois dentes na frente, uma cicatriz na maçã do rosto, fala fino e com passadas, tem sinal de relho de uma forte surra nas nádegas dada por seus primeiros srs. 21/02/ 1871 (<i>Publicador Maranhense</i>)
Manoel Joaquim da Silva Rodrigues	Apolinário - cafuz de vinte anos. 9de Novembro de 1880. (<i>Publicador Maranhense</i>)

QUADRO VI – DESCRIÇÕES DOS ESCRAVIZADOS: MARCELO, DEOCLECIANO, SEVERINO E ANTÔNIO.

SENHORES DE ESCRAVOS	ES CRAVIZADOS
José de Castro Euzébio	Marcelo - preto de 35 anos, baixo, magro, profissão de vaqueiro. Deocleciano - preto de 28 anos, alto, magro e pouca barba. Severino - preto, baixo gordo, de pouca barba e 25 anos. 04/08/ 1871 (<i>Diário do Maranhão</i>)
Raimundo José Muniz	Antônio - preto, não retinto, bastante gago, estatura regular e espigado. Há mais de três anos (<i>O Paíz</i>)

Analisando todas essas características dadas aos cativos pelos seus senhores, podemos observar que havia algumas relações mais próximas entre senhores e escravos. Os

escravizados que ficavam na Casa Grande, seus senhores os conheciam bem, tanto que descreviam de forma precisa suas características, o que poderia facilitar sua captura.

Temos também aqueles escravos que poucas informações são colocadas sobre eles. Esses cativos eram aqueles que ficavam no roçado e que tinham pouco contato com seu senhor.

No quadro a seguir temos uma amostra dos senhores de escravos que mais tiveram registros de fuga nos anúncios coletados.

QUADRO VII: INSCIDÊNCIA DE FUGA

Nome dos senhores de escravos	Quantidade de cativos que fugiram	Local do Cativo	Quem eram esses cativos?	Ano de fuga
Manoel da Silva Rodrigues	03	Sítio Anjo da Guarda	THOMAZ - preto de 30 anos mais ou menos, baixo, falta alguns dentes na frente, rosto chato, pouca barba, pés muito grande, rendido do lado esquerdo, muito calado fala poucas vezes.	1886
=	=	Balnarie	ZEFERINO - preto, de 25 anos, é corpo lento e marinheiro.	1880
		Não Informa	JOAQUIM - tem 28 anos de idade.	1880
Maria Clara Guterres	03	Não Informa	JÚLIA - 40 anos de idade pouco mais ou menos, cor preta, estatura regular, olhos pequenos com o branco dos olhos avermelhados.	1878
=	=	Alcântara	FELÍCIA - mulata de 30 anos pouco mais ou menos, muito saliente, uma grande mancha em volta da boca, proveniente de impigens	1880
=	=	Não Informa	JÚLIA - preta, magra, estatura regular, tem sobre o peito JULIA - preta, magra, estatura regular, tem sobre o peito	1877
José de Castro Euzébio	03	Sítio do Magalho	Marcelo - preto de 35 anos, baixo, magro, profissão de vaqueiro	1871
=	=	=	Deocleciano - preto de 28 anos, alto, magro e pouca barba.	1871
=	=	=	Severino - preto, baixo gordo, de pouca barba e 25 anos.	1871

Como observamos nos três quadros acima esses anúncios tinham suas diferenças mesmo quando eram feitos pelo mesmo senhor de escravo. Temos no primeiro exemplo três anúncios de fuga de escravos, no entanto somente um traz uma descrição de maneira precisa.

Thomaz é um cativo que era mais próximo da Casa Grande temos muita informação dele no anúncio. Os outros dois tem poucas informações ficam resumidos ao nome, idade, com destaque para Zeferino que é um escravizado que tinha a profissão de marinheiro, geralmente esses cativos com profissão eram muito caros.

No segundo exemplo percebemos que a senhora descreveu suas escravas por igual detalhando as características das três, o que diferenciou foi só a questão do local de cativeiro que ela descreveu só de uma.

Outra questão que chama atenção é como essa senhora descreve uma de suas cativas quando adjetiva a mesma de saliente, dando a entender que essa cativa dava problemas. As marcas deixadas pelas moléstias também serviam para identificar o cativo fujão, como o caso da escrava Julia que tem entre uma de suas características uma cova no peito resultado de um tumor.

No terceiro quadro, podemos observar que as características dos cativos são descritas de forma rápida e tem alguns pontos em comum pouca barba, dois desses cativos eram magros. Porém um desses escravizados, o Marcelo, era vaqueiro, o que lhe dava uma condição especial porque conhecia os arredores do seu local de cativeiro e ao empreender fuga seria extremamente difícil captura-lo novamente, sem contar que um escravo com profissão como já mencionado era muito caro.

Depois de analisar cada anúncio podemos perceber que muitos desses cativos tinham uma relação mais próxima do seu senhor e mesmo assim optavam por não permanecer ali naquela situação de “conforto” e empreendiam fuga como forma de resistir a essa escravidão. Outros usam como resistência as boas articulações que possuíam vestindo-se bem, andando calçados, passando-se por forros. Há os que têm uma profissão específica que os fazem diferenciados, dando-lhes um mundo de possibilidades.

Bom, isso não quer dizer que eram só essas as formas de resistência que eles praticavam. Temos muitos exemplos de escravizados que burlavam o sistema e que faziam corpo mole na lida como uma forma de resistência, que enfrentavam seus senhores e isso lhes tinha um custo, mas era uma forma de resistir. Sobreviver ao sistema escravista com todas as suas particularidades já era uma forma de resistir desses cativos.

CAPÍTULO III

3. ANÁLISE DOS ANÚNCIOS DA REGIÃO DA RIBEIRA DO ITAPECURU (CODÓ, CAXIAS, ITAPECURU MIRIM E VARGEM GRANDE)

3.1 A Ribeira do Itapecuru

Aqui iremos analisar os anúncios coletados sobre as fugas que ocorreram na região da Ribeira do Itapecuru destacando as seguintes cidades: Codó, Caxias, Vagem Grande e Itapecuru Mirim. A região da Ribeira do Itapecuru foi um importante ponto econômico dentro da província do Maranhão, produzia algodão e arroz em grande quantidade, com uma localização privilegiada, o escoamento da produção era facilitado.

Segundo Mota e Barroso (2017), a Ribeira do Itapecuru foi considerada econômica e demograficamente o local onde teria o maior número de escravos no Maranhão. A maior parte dos gêneros exportados na capitania saía dessa região, tanto que era na Ribeira do Itapecuru que se produziam dois terços do arroz e algodão que a província maranhense possuía.

Por meio desses anúncios coletados foi possível conhecer um pouco de cada cativo que não aceitou o jugo da escravidão e acabou empreendendo fuga, dessa maneira analisamos cada anúncio específico dessa região nos diálogos a seguir.

Esse quadro contém as seguintes informações: nome dos periódicos, ano de publicação, quantidade de anúncios e os lugares pesquisados na região da Ribeira do Itapecuru.

QUADRO VIII: INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS ANÚNCIOS DA RIBEIRA DO ITAPECURU.

Jornais	Ano	Quantidade de anúncio de fuga	Local
Pacotilha, Publicador Maranhense, Diário do Maranhão e O Paíz.	1870-1888	8	Caxias, Codó, Vagem Grande, Itapecuru Mirim.

QUADRO IX: LOCAIS DE CATIVEIRO, NOME DE PROPRIETÁRIOS E A REGIÃO COM MAIOR ÍNDICE DE FUGA.

Nome dos proprietários de escravo	Local ou Fazenda	Região com mais fuga
-----------------------------------	------------------	----------------------

Benta Rosa de Lima	Caxias	Itapecuru Mirim
Melciades Palácio	Codó	
Honorato Antônio Rodrigues	Itapecuru Mirim	
Dorotheo da Silva Ribeiro	Itapecuru Mirim	
Joana Solentina de Sá Viana	Itapecuru Mirim	
Leôncio José Medeiros	Fazenda Conceição (Vargem Grande)	
Ana Maria Pereira de Carvalho	Vargem Grande	
Raimundo José Muniz	Fazenda São Benedito (Codó)	

Na região da Ribeira do Itapecuru podemos observar que o local onde houve um índice maior de fugidos foi Itapecuru Mirim. No entanto, os cativos fugidos dessa localidade pertenciam a donos diferentes, analisando os anúncios dos jornais é possível percebermos como cada senhor de escravo vê o seu cativo.

3.2 Escravos fugidos de Itapecuru Mirim

Na região do Itapecuru Mirim encontramos os seguintes escravos fugidos:

Leopoldina que provavelmente tinha o andar deformado por ter o formato dos pés quase redondos, caracterizada por sua senhora da seguinte maneira: altura regular, corpo lenta, cabelos curto, olhos brancos, cara redonda, cor negra, falta de um dente na frente, pernas e braços grossos, pés quase redondos, seios grandes e uma mancha nas costas em um dos lados. (*Diário do Maranhão* 1880, Ed. 02019, p. 3).

Dentro do regime escravagista houve aqueles escravizados que eram colocados nos anúncios como viciados em álcool. Freyre (2012) relata que esse vício se tornou bastante comum entre os escravos no período do Brasil Império. “O vício da cachaça entre os negros - pode-se mesmo generalizar: entre os brasileiros das regiões dominadas pelo o açúcar-chegou a excessos alarmantes no tempo do Império.” (FREYRE, 2012, p.73).

Encontramos um desses cativos que tinha o costume de beber, Antônio, crioulo, preto de 40anos, de propriedade do abaixo assinado: o dito escravo é habituado à bebida de aguardente, e foi vestido com uma camisa de chita azul claro de flores miudinhas, calça de zuarde um pouco curta, e, levou de sobressalente uma outra calça de estopa com marca -HR- numa das pernas. (*Diário do Maranhão* 1877, Ed.01046, p.3).

Aqui um típico exemplo de escravo que tinha uma convivência mais próxima de seu senhor, Raymundo, preto, altura regular, rosto bexigoso, dentes ralos, testa saliente, imberbe, idade de 20 a 22 anos, tem em um dos joelhos marca de goma, espedaizão, falta da campainha ou parte dela, fala descansado. (*Diário do Maranhão* 1884, Ed. 03329, p.3)

Cada escravo com sua particularidade, no entanto uma coisa os tornava iguais, o desejo de ser livre, o que os levavam a resistir contra o sistema escravagista que os violentava de maneira a força-los buscar estratégias que os tirassem dessa condição de escravizados.

3.3 Os casos de fuga de cativos em Codó

A seguir, apresentaremos o caso do escravo Abel da região de Codó.

Fugiu do Codó no dia 21 do mês pp, o escravo Abel , a Melciades Palácio, cujo escravo houve por compra que fez em 6 de julho do ano passado ao alferes Manoel Pires da Fonseca do Cururupu, com os seguintes sinais: cor preto, estatura regular, espaldas largas, pouca barba, fila de um ou dois dentes na frente, uma cicatriz na maçã do rosto, fala fino e com passadas, tem sinal de relho de uma forte surra nas nádegas dada por seus primeiros srs, usa de vez em quando de rapé de caco ou de outra qualquer qualidade
 Quem o capturar e entregar no Codó ao seu senhor, no Maranhão a Antunes & Oliveira, e em Caxias á Medeiros & Genro, será recompensado com a quantia de, 100\$000 reis.
 Maranhão, 11 de Fevereiro de 1871.

(*PUBLICADOR MARANHENSE*, Ed. 00036, p.4).

Esse cativo traz consigo as marcas de um cativo extremamente violento tem uma cicatriz na maçã do rosto e sinal de relho nas nádegas proveniente de uma forte surra que levou. Esse anúncio é um exemplo que a prática da violência era algo comum na sociedade escravista e que fazia parte do viver do escravizado.

Outro escravo fugido de Codó foi Antônio, preto não retinto, bastante gago, estatura regular e espigado de corpo. Este escravo já esteve por duas vezes detido no quartel da polícia de São João e de lá ausentou-se. (*Paíz*, 1884, Ed.00251, p.3)

A gagueira de vários dos gagos que passam pelos anúncios de negros fugidos nos jornais brasileiros do tempo do Império talvez resultasse de experiências extremas de medo ou de pavor de crianças ainda inermes, que o despotismo dos seus senhores severamente autoritários tivesse traumatizado ou aterrorizado para sempre. (FREYRE, 2012, p. 85).

O escravo Antônio como descrito no anúncio sofria de uma gagueira bastante elevada como coloca seu senhor no momento de fazer o anúncio de sua fuga. Analisando o que nos diz Freyre (2012) a respeito, nos leva a pensar que possivelmente esse escravo tenha sido uma

dessas crianças que carregam consigo o trauma de pertencer a um senhor que o hostilizava desde cedo.

3.4 Fugas de Escravos em Vargem Grande e Caxias

Serafim, cor parda (mulato) calvo, pernas cambaias, pés regulares, estatura regular, barba serrada e já grisalha mais ou menos, fala um pouco fino, idade 50 anos mais ou menos, parece sofrer de nervoso pelo que torna-se a fala tremula, e fugiu montado num cavalo castanho escuro, estradeiro e foi vestido com perneira, guarda peito e gibão de couro. Pelo hábito que tem de andar sempre a cavalo desde pouca idade não anda a pé distância superior a meia légua em consequência de lhe incharem as pernas. (*O Paíz*, 1877, Ed. 00038, p.4)

O senhor do escravo Serafim o conhecia bem, relata com riquezas de detalhes as características de seu escravo e ainda ressalta que o mesmo tinha um problema que não o permitia andar muito a pé.

Um escravo que foge com todo esse aparelhamento que tinha Serafim provavelmente não seria mais encontrado por seu senhor, saiu montado em um cavalo estradeiro e tinha como hábito montar desde cedo o que facilitava de todas as maneiras sua fuga.

Freyre (2012) fala que os anúncios de negros muitas vezes eram colocados nos jornais de maneira exata e crua, o que parecia segundo o autor mais uma fotografia de gabinete de polícia, um exemplo desse tipo está no jornal *O Paíz* “Máximo este escravo é preto bem retinto, alto, magro, pés pequenos, vesgo de um olho e tem boa dentadura”(*O Paiz*, 1879, Ed.00102, p. 3).

Ao que parece Abrahão é um escravo um tanto vaidoso apesar do cativo. Observamos as características desse escravizado pelo olhar de sua senhora que parece conhecê-lo bem. Abrahão é um escravo articulado que faz passa-se por livre, anda calçado como tal e sempre com o cabelo penteado.

Abrahão, cabra, ida de 20 anos, natural de Patos Bons, sem profissão, porem parece apto para todos os serviços, altura regular, corpo lento, feições grosseiras, olhos grandes, dentes limados com falta de um na parte superior da frente, cabelos araspoas ou assanhado, mais sempre penteados, gosta de trajar-se calça, palitô e sapatos, muito falante principalmente quando bebe aguardente. (*Pacotilha*, 1883, Ed.19, p. 3)

Pensar o mundo da escravidão através dos anúncios de fuga desses jornais nos abre um universo de possibilidades para analisarmos a vida desses cativos, que eram pessoas como nós, no entanto, tinham como diferencial a perda de sua liberdade.

Fica claro que esses escravizados em algum momento de suas vidas tinham que fazer uma escolha sobre a maneira como iriam resistir a esse cativo e muitos escolhiam e tinham

a oportunidade de fugir como nos mostram os anúncios. Isso não os fazia mais resistente do que aqueles que optavam por ficar. Não existiu resistência maior do que sobreviver no sistema escravista com todas suas mazelas.

A história de vida desses cativos deixa registrado na historiografia a maneira como esses escravizados buscavam sair desse regime de escravidão que eram submetidos. E por mais que fossem vigiados e castigados a sua condição de pessoa não deixou de existir e eles lutaram sempre que possível para se libertarem do cativo. A escravidão apesar de ser extremamente cruel não tirou desses cativos a vontade de se tornarem outra vez homens e mulheres donos de suas vidas.

Depois de uma análise feita sobre a resistência escrava no Brasil, o que ficou registrado foi um universo em que milhões de pessoas foram submetidos a escravidão por mais de três séculos e foram responsáveis por produzir as riquezas que sustentaram por muito tempo uma coroa que só os observava como mão de obra e esquecia de sua condição de pessoa. Entretanto esse escravizado se tornou capaz de burlar esse sistema e causar inquietação naquela sociedade que se considerava superior a eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de estudos pautados em bibliografias que já discutiram esse tema da resistência escrava, foi possível um aprofundamento em questões que até então eram alheias.

Escrever sobre escravidão (resistência escrava) nos levou a uma série de questionamentos acerca dessa instituição que por muito tempo vigorou no país. E apesar de todas as particularidades que a escravidão negra requer surgiram os seguintes questionamentos:

Como esses escravizados planejavam as rotas de fuga? Será que todos os cativos que fugiam projetavam essa evasão?

Essa série de questionamentos ficará registrada em nosso trabalho e talvez nunca saibamos de fato o motivo das fugas. O que descobrimos foi que houve resistência onde houve homens e mulheres submetidos ao trabalho escravo e não se sujeitaram a escravização de maneira passiva. A historiografia está aí para confirmar que o escravizado burlou o sistema escravista e deu muito trabalho para os senhores de escravos.

Os escravizados deixaram na história da escravidão no Brasil um legado de luta e resistência que precisa ser explorado para que chegue ao conhecimento do maior número de pessoas possíveis e assim amenizar essa ideia de um escravizado passivo e condicente com sua situação de escravo, como por muito tempo foi configurado dentro da historiografia.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ASSUNÇÃO, Mathias Rodrigues. **Memória do Cativo no Maranhão**. 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte- São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a república**: momentos decisivos- 8. ed.rev.e ampliada. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

FREYRE, Gilberto. (2012). **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Global Editora (Edição Digital)

GOMES, Flavio Santos. **A Hidra e os Pântanos**: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII- XIX) Campinas, SP, 1997.

GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada**, São Paulo, Editora Ática- 1990.

LARA, Silva Hanould. **Campos da Violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 -1808 Paz e Terra, 1988.

_____. **Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil, 1998**.

LOPES, Daylana Cristina da Silva; **Embates acerca da liberdade jurídica de escravos na província do Maranhão (1860- 1888)** / São Luís - MA 2013.

MOTA, Antônia da Silva. **As famílias principais**: redes de poder no Maranhão colonial, São Luís: Edufma, 2012.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Imprensa, ética escravista e ideias abolicionistas no Maranhão na década de 1880**.

_____. **As representações da escravatura na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880/** São Paulo- SP 2006.

SILVA, Régia Agostinho da. **A Escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e as Representações sobre Escravidão e Mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 2013.

JORNAIS:

DIÁRIO DO MARANHÃO (1870- 1888)

O PUBLICADOR MARANHESE (1870 – 1888)

PACOTILHA (1880 - 1888)

O Paíz (1870- 1888)